



## Relatório sobre direitos humanos

### GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é uma República multipartidária com uma população de cerca de 1,7 milhão de habitantes. Em Julho de 2006, Malam Bacai Sanhá do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi eleito Presidente em eleições que os observadores internacionais consideraram livres e justas; Carlos Gomes Júnior foi nomeado Primeiro-Ministro a 2 de Janeiro pelo ex-Presidente João Bernardo Vieira. As eleições presidenciais seguiram-se ao assassinato do ex-Presidente Vieira pelos militares a 2 de Março em vingança pela morte num atentado à bomba, algumas horas antes, do ex-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o General José Batista Tagme Na Waie. O Presidente do Parlamento, Raimundo Pereira, assumiu o cargo de Presidente interino entre o assassinato e a eleição de Sanhá. Durante o ano, os militares foram responsáveis pelo assassinato do Presidente, do ex-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, dum deputado, e de um candidato presidencial, dando mais provas de que as autoridades civis não tinham um controlo efectivo das forças de segurança.

As violações dos direitos humanos incluem: mortes arbitrárias e por razões políticas; agressão e tortura; más condições de detenção; prisão e detenção arbitrárias; falta de independência judicial e processo justo; violação da privacidade; intimidação de jornalistas; corrupção oficial generalizada, agravada pelo suposto envolvimento do Governo no tráfico de droga, e impunidade; violência e discriminação da mulher; Mutilação Genital Feminina (MGF); tráfico de crianças; e trabalho infantil, incluindo trabalho forçado.

### RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Secção 1 - Respeito pela Integridade da Pessoa, incluindo Protecção contra:

a. Privação Arbitrária ou Ilegal da Vida

O Governo ou os seus agentes cometeram mortes arbitrárias ou ilegais, incluindo mortes por razões políticas.

A 1 de Março, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o General José Batista Tagme Na Waie, foi morto quando uma bomba explodiu sob a escada que conduz ao seu gabinete no Quartel-General. A 2 de Março, horas depois do assassinato de Na Waie, soldados comandados pelo Coronel António Indjai torturaram e mataram à machadada o Presidente Vieira, no que foi geralmente considerado como uma retaliação pela morte de Na Waie. O comandante da Marinha José Zamora Induta disse inicialmente que o Presidente foi atingido a tiro depois de admitir que ele ordenou a morte de Na Waie, apesar de Induta ter negado posteriormente qualquer relação entre as mortes. Observadores indicaram que a tensão de longa data entre Vieira e Na Waie tinha aumentado devido à acusação feita por Na Waie em 2008 de que Vieira estava envolvido no tráfico de droga. Não estava claro se as mortes estavam ligadas ao tráfico crescente de cocaína na África Ocidental, mas Vieira e oficiais superiores das Forças Armadas tinham sido acusados de tirar proveito dele.

O Governo instituiu uma comissão nacional de inquérito que iniciou investigações sobre as mortes de Vieira e Na Waie a 11 de Março, mas ninguém foi identificado ou acusado pelas mortes de Vieira ou de Na Waie até o final do ano.

A 5 de Junho, militares agrediram e mataram a tiro o deputado da Assembleia Nacional Hélder Proença, o seu guarda-costas e o seu motorista nos arredores de Bissau. Proença, que tinha sido acusado a 5 de Junho pelo Coronel Samba Djalo, Chefe da Divisão de Informação e Segurança Militar, de conspirar para derrubar o Governo, terá sido morto depois de resistir à prisão. A 20 de Novembro, o Procurador-Geral da República intentou um processo judicial contra Djalo; no entanto, nenhum dos assassinos foi identificado formalmente ou punido pela morte de Proença até o final do ano.

Igualmente a 5 de Junho, soldados mataram a tiro o candidato presidencial e deputado Baciro Dabo na sua cama. Os soldados acusaram Dabo de estar envolvido com Proença na conspiração para derrubar o Governo. Nenhum dos assassinos foi identificado ou punido pela morte de Dabo até o final do ano.

Não houve sequência após a morte dum oficial da Polícia Judiciária pelas forças de segurança em Abril de 2008.

Durante o ano, Alexandre Tchama Yala, suposto líder duma tentativa de golpe de Estado em Novembro de 2008 na qual dois guardas presidenciais foram mortos, fugiu da prisão e havia rumores de que estava livre em Bissau no final do ano.

Não houve sequência no caso da morte em forma de execução do ex-comodoro Lamine Sanha.

Munições não explodidas resultaram em quatro mortes e 10 ferimentos durante o ano.

b. Desaparecimento

Não houve relatos de desaparecimentos por razões políticas.

c. Tortura e Outro Tratamento ou Punião Cruel, Desumana ou Degradante

A Constituição e a lei proibem tais práticas; todavia, as Forças Armadas e as forças de segurança nem sempre respeitaram esta proibição. O Governo não puniu os membros das forças de segurança que cometeram tais violações.

A 2 de Março, militares terão torturado o ex-Presidente Vieira antes de o matar em sua casa (ver Secção 1.a.).

A 23 de Março, militares levaram à força o advogado Pedro Infanda do seu gabinete em Bissau para um quartel militar, onde ele terá sido batido e torturado durante quatro dias, privado de tratamento médico, e libertado. Infanda tinha afirmado a 23 de Março, durante uma conferência de imprensa, que a nomeação de José Zamora Induta como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, na sequência da morte de Na Waie, não estava

em conformidade com a ordem de sucessão. Nenhuma medida foi tomada durante o ano contra os responsáveis por tortura e maus tratos.

A 1 de Abril, soldados bateram o ex-Primeiro-Ministro Francisco Fadul durante a sua detenção no Quartel-General das Forças Armadas. Faustino Imbali foi preso sem culpa formada durante dois meses a 5 de Junho depois de apelar ao Governo para responsabilizar os membros das forças de segurança pelos assassinatos pelos militares do então Presidente Vieira e do ex-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Na Waie, e por qualificar os assassinatos como um golpe de facto.

A 14 de Outubro, o jornalista Mário de Oliveira foi agredido verbalmente e batido durante a sua detenção depois da publicação pelo jornal *Donos da Bola* duma entrevista do Ministro do Interior, o Major Samba Djalo.

#### Condições na Prisão e Centro de Detenção

Não havia prisões ou centros de detenção para prender os criminosos condenados e os suspeitos e o Governo deteve a maioria dos prisioneiros em instalações prisionais improvisadas em bases militares em Bissau e nas cidades vizinhas. As condições de detenção eram más. As instalações prisionais careciam geralmente de água potável e saneamento adequado. A alimentação dos reclusos era má e os cuidados médicos quase inexistentes. Os reclusos que aguardam julgamento estavam detidos com presos condenados e jovens com adultos.

O Governo permitiu a avaliação independente das condições de detenção por organizações locais e internacionais de defesa dos direitos humanos. Durante o ano, representantes do Gabinete da ONU de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS) visitaram prisioneiros. O Governo permitiu igualmente visitas a locais de detenção pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). O Governo solicitou uma marcação prévia das visitas e não permitiu visitas repetidas regulares.

#### d. Prisão ou Detenção Arbitrária

A Constituição e a lei proíbem a prisão e a detenção arbitrárias e o Governo cumpriu geralmente com estes pressupostos; contudo, as forças de segurança prenderam pessoas de forma arbitrária e estavam envolvidas na resolução de problemas pessoais, detendo algumas vezes pessoas mediante pedidos sem processo justo.

#### Papel da Polícia e do Aparelho de Segurança

O país está dividido em 37 distritos policiais e havia aproximadamente 3.500 polícias em nove forças policiais diferentes que dependem de sete Ministérios. Os cerca de 100 efectivos da Polícia Judiciária, adstrita ao Ministério da Justiça, têm como principal responsabilidade investigar o tráfico de droga, o terrorismo e outros crimes transnacionais, enquanto os 1.300 agentes da Polícia de Ordem Pública, dependente do Ministério do Interior, são responsáveis por patrulhas preventivas, controlo da multidão e manutenção convencional da

lei e da ordem. Outras forças da Polícia são o Serviço de Informação do Estado, os Serviços de Fronteira, a Polícia de Intervenção Rápida, a Polícia Marítima e outros grupos.

A Polícia era ineficaz, com maus salários pagos de forma irregular, e corrupta. A Polícia não conseguiu comprar combustível para os poucos veículos que possui e havia uma falta gritante de formação. A Polícia de Gabú recebeu mais equipamentos durante o ano, mas carecia de formação formal de Polícia desde 1996. Todavia, a Polícia Judiciária beneficiou de formação em investigação sobre narcóticos no Brasil, em Cabo Verde, e em Portugal. A Polícia de Trânsito era muito corrupta e pedia subornos aos condutores de viaturas, mesmo se os seus documentos e os veículos forem legais. A impunidade constituiu um problema. A corrupção e a falta de instalações prisionais e de viaturas causou geralmente a fuga de prisioneiros durante as investigações. O Procurador-Geral era responsável pela investigação dos abusos da Polícia; no entanto, os funcionários do Gabinete do Procurador-Geral também eram mal pagos e susceptíveis de ameaças e coersão.

Segundo a Constituição, as Forças Armadas são responsáveis pela segurança externa e podem ser chamadas para ajudar a Polícia em emergências internas. No entanto, durante o ano os militares assassinaram o Presidente, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, um deputado, e um candidato presidencial (ver Secção 1.a). Depois do assassinato de Na Waie, militares usurparam a cadeia de comando e impuseram o Capitão-de-mar-e-guerra José Zamora Induta como Chefe do Estado-Maior General interino e o Coronel António Indjai como seu adjunto. Induta e Indjai foram nomeados formalmente por decreto presidencial a 15 de Março.

Soldados libertaram igualmente soldados detidos por suposta tentativa de golpe de Estado em Novembro. Na sequência da retenção em terra em Julho de 2008 no aeroporto de Bissau dum avião suspeito de transportar drogas, militares adulteraram provas e inteferiram na investigação.

Militares torturaram e detiveram arbitrariamente opositores políticos durante o ano.

#### Procedimentos de Prisão e Tratamento Durante a Detenção

A lei exige mandados de prisão, apesar de terem sido registadas detenções sem mandado. A lei exige que os reclusos sejam julgados 48 horas depois da sua detenção e que os prisioneiros devem ser libertados se não foi feita uma inculpação atempada; no entanto, as autoridades nem sempre respeitaram estes direitos na prática. Duma forma geral, os detidos eram informados imediatamente das acusações que pesam sobre eles, mas algumas detenções militares careciam de notificação de acusação. A lei prevê o direito a um advogado e um advogado às custas do Estado para os clientes indigentes; todavia, os advogados não receberam nenhuma compensação pelo seu trabalho de defesa pública em tempo parcial e ignoravam geralmente as directivas do Estado para representar clientes indigentes. Havia um sistema de caução funcional e os detidos que aguardam julgamento podiam ver imediatamente os seus parentes.

Os supostos criminosos, principalmente imigrantes, eram algumas vezes presos sem mandado.

A 23 de Março, militares prenderam arbitrariamente Pedro Infanda, que posteriormente foi torturado (ver Secção 1.c.).

A 1 de Abril, soldados prenderam arbitrariamente e bateram Francisco José Fadul, ex-Juiz Presidente do Tribunal de Contas (ver Secção 1.c.).

A maioria da população prisional é constituída por reclusos que aguardam a conclusão dos seus julgamentos; todavia, poucos reclusos foram detidos mais de um ano. Grande parte deles partiu antes da conclusão dos seus julgamentos devido a instalações prisionais inadequadas, falta de segurança e corrupção generalizada. Os poucos prisioneiros que foram condenados geralmente ficavam na prisão mais de dois anos. Os prisioneiros colocados em prisão domiciliar devido a problemas de espaço nas instalações prisionais geralmente não regressaram à cadeia.

#### e. Recusa de Julgamento Público Justo

A Constituição e a lei prevêm um poder judicial independente; todavia, o poder judicial disfuncional tinha pouca independência. Os juizes eram mal formados, com baixos salários pagos irregularmente e sujeitos à corrupção. Os tribunais e as autoridades judiciais eram também acusadas frequentemente de parcialidade e passividade, segundo um relatório publicado em Outubro de 2008 pela Federação Internacional dos Direitos Humanos. O Procurador-Geral tinha pouca protecção contra a pressão política, visto que o Presidente não precisa de outra aprovação para o substituir. Os julgamentos eram retardados geralmente devido à falta de materiais ou de infraestruturas e as condenações eram muito raras.

O poder judicial é composto pelo Tribunal Supremo, pelos tribunais regionais, por um Tribunal de Contas e por um Tribunal Militar. O Tribunal Supremo é o último tribunal de apelação para casos militares. Os tribunais regionais possuem secções criminais e civis. O Tribunal de Contas julga crimes financeiros, como desvio de fundos, e tem jurisdição sobre os tribunais regionais. Os Tribunais Militares não julgam civis, apesar de os tribunais civis julgarem todos os casos relativos à segurança do Estado, mesmo se o réu for militar. O Presidente tem a autoridade de perdoar e reduzir as penas.

As práticas tradicionais prevaleciam na maioria das zonas rurais e as pessoas que viviam nas zonas urbanas levaram até os conselheiros tradicionais casos judiciais para evitar os custos e os obstáculos burocráticos do sistema oficial. A Polícia também resolveu conflitos.

#### Procedimentos de Julgamento

Não há julgamento por jurados. Para todos os cidadãos, a lei prevê a presunção de inocência, o direito de acesso oportuno a um advogado, de interrogar as testemunhas, de acesso às provas detidas pelo Governo e de recurso. Os julgamentos em tribunais civis são abertos ao público. Os réus têm o direito de estar presentes e de apresentar testemunhas e provas em seu nome. Para os poucos réus cujos casos foram julgados, estes direitos foram

respeitados na maioria dos casos e apesar do sistema judicial disfuncional. Os cidadãos que não conseguem pagar um advogado têm o direito a um advogado designado pelo tribunal; todavia, os advogados designados pelos tribunais não receberam nenhuma compensação do Estado por defender clientes indigentes, não foram punidos por não o fazer e ignoraram geralmente tais responsabilidades.

#### Prisioneiros e Detidos Políticos

A 5 de Junho, militares prenderam o director dos Serviços de Informação do Estado, o General Antero Correia, sem culpa formada até a sua libertação a 7 de Julho. Correia terá recusado assinar um comunicado do Ministério do Interior sobre os assassinatos de Hélder Proença e de Baciro Dabo a 5 de Junho por alegada conspiração golpista.

#### Procedimentos e Recursos Judiciais Cíveis

O sistema judicial trata de casos cíveis e criminais, mas ele não era independente nem imparcial. Não havia nenhum mecanismo administrativo para resolver as violações dos direitos humanos. Geralmente, as decisões dos tribunais não eram aplicadas.

#### f. Violação Arbitrária de Privacidade, Família, Casa ou Correspondência

A Constituição e a lei proíbem tais acções e o Governo geralmente respeitou estas proibições na prática. No entanto, a Polícia ignorou habitualmente os direitos de privacidade e protecção contra busca e confisco injustificados.

Secção 2 – Respeito pelas Liberdades Cíveis, incluindo:

#### a. Liberdade de Expressão e da Imprensa

A Constituição e a lei prevêm a liberdade de expressão e da imprensa; todavia, o Governo nem sempre respeitou estes direitos na prática. As forças de segurança detiveram pessoas pelo exercício do seu direito à livre expressão, principalmente quando elas criticavam oficiais das Forças Armadas ou mortes arbitrarias durante o ano. Os jornalistas praticaram a auto-censura.

A 1 de Abril, soldados entraram em casa de Francisco José Fadul, ex-Juiz presidente do Tribunal de Contas, e bateram-lhe com a sua esposa selvaticamente com armas de fogo antes de roubarem os seus bens. Fadul tinha organizado uma conferência de imprensa a 30 de Março durante a qual apelou ao Governo para responsabilizar as Forças Armadas pela corrupção e por outras actividades criminosas.

Além do jornal do Governo *No Pintcha*, vários jornais privados eram publicados sem restrição. Todos os jornais eram publicados através da gráfica do Estado. A imprensa nacional carece geralmente de matérias-primas e os salários não eram pagos regularmente, causando atrasos de publicação.

Havia várias rádios independentes, uma rádio nacional, e uma televisão nacional. Os programas de rádios internacionais podiam ser captados.

A 3 de Março, na sequência do assassinato do então Presidente Vieira, o Exército encerrou duas rádios privadas, mas as reabriu depois no mesmo dia.

Jornalistas relataram terem recebido ameaças por telefone e convocatórias às instituições do Governo para explicar as suas actividades ou declarações, enquanto outros denunciaram procedimentos judiciais longos que impediam o seu trabalho.

A 14 de Outubro, o Ministro do Interior, o Major Samba Djalo, ordenou a prisão de Mário de Oliveira, director do jornal *Donos da Bola*, depois da publicação duma entrevista fabricada com Djalo (ver Secção 1.c.). Após a intervenção da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Oliveira foi libertado depois de seis horas.

Não houve sequência após o caso de 2007 no qual pessoas desconhecidas arrombaram a casa do repórter Allen Yere Embalo da Rádio França Internacional, roubaram a sua câmara, uma fita duma reportagem sobre o tráfico de droga, e mais de 600.000 FCFA (\$1.200). Embalo regressou ao país durante o ano.

Não houve sequência no caso de 2005 contra o jornalista da Reuters Alberto Dabo, que foi acusado de difamação, abuso da liberdade da imprensa, violação de segredos do Estado e difamação devido à sua declaração de que o ex-Chefe do Estado-Maior da Marinha, José Américo "Bubo" Na Tchuto, estava envolvido no tráfico de droga.

#### Liberdade na Internet

Não houve restrições do Governo ao acesso à internet ou relatos de que o Governo verificou e-mail ou salas de conversação por internet. Indivíduos e organizações empenharam-se na expressão pacífica de pontos de vista através da internet, dos quais e-mail. A falta de infraestruturas, equipamentos e educação limitou significativamente o acesso à internet.

#### Liberdade Académica e Eventos Culturais

Não houve restrição do Governo à liberdade académica ou a eventos culturais.

#### b. Liberdade de Reunião e Associação Pacífica

##### Liberdade de Reunião

A Constituição e a lei prevêem a liberdade de reunião; e o Governo respeitou geralmente este direito na prática. Foram exigidas autorizações para todas as reuniões e manifestações.

##### Liberdade de Associação

A Constituição e a lei prevêem o direito de associação e o Governo respeitou geralmente este direito na prática.

#### c. Liberdade de Religião

A Constituição e a lei prevêem a liberdade de religião e o Governo respeitou geralmente este direito na prática.

Apesar de grupos religiosos exigirem uma autorização do Governo, não houve relatos de recusa de pedido.

#### Abusos e Discriminação Sociais

Não havia comunidade judaica conhecida e não houve relatos de actos anti-semitas.

Para mais detalhes, ver o Relatório Internacional sobre Liberdade Religiosa de 2009 no site [www.state.gov/g/drl/rls/irf](http://www.state.gov/g/drl/rls/irf).

#### d. Liberdade de Movimento, Pessoas Deslocadas Internadas, Protecção de Refugiados e Pessoas Apátridas

A Constituição e a lei prevêm a liberdade de movimento no país, a viagem ao estrangeiro, a emigração e o repatriamento e o Governo respeitou geralmente estes direitos na prática. O Governo cooperou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e outras organizações humanitárias para garantir a protecção e a assistência às pessoas deslocadas internadas, aos refugiados, aos requerentes de asilo, às pessoas apátridas e a outras pessoas afins.

A lei não proibiu especificamente o exílio forçado; todavia, o Governo não o utilizou.

#### Pessoas Deslocadas Internas (IDP)

As IDP movimentaram-se na fronteira com o Senegal, consoante a situação de conflito armado em curso na região senegalesa de Casamança. Com laços tribais e familiares em ambos os lados da fronteira mal demarcada, a nacionalidade das IDP nem sempre era clara.

#### Protecção de Refugiados

O país é parte da Convenção de 1951 sobre o Estatuto de Refugiado e o seu protocolo de 1967 e é igualmente parte da Convenção de 1969 da União Africana sobre os Aspectos Específicos do Problema dos Refugiados em África. O Governo instituiu um sistema para garantir a protecção dos refugiados. Na prática, o Governo forneceu protecção contra a expulsão ou o regresso dos refugiados para países onde as suas vidas ou liberdades estariam ameaçadas. O Governo não concedeu estatuto de refugiado ou asilo durante o ano.

#### Secção 3 - Respeito pelos Direitos Políticos: Direito dos Cidadãos de Mudar de Governo

A Constituição e a lei providenciam aos cidadãos o direito de mudar os seus Governos pacificamente; no entanto, isto não aconteceu durante o ano devido ao assassinato do Presidente, a morte dum candidato presidencial e a prisão arbitrária e a tortura dum outro pelos militares (ver Secções 1.a e 1.c).

#### Eleições e Participação Política

A Constituição prevê que uma eleição deve ser marcada 60 dias após a morte dum Presidente; no entanto, o Presidente interino, Raimundo Pereira, adiou a primeira volta das eleições presidenciais até 28 de Junho, alegando falta de recursos. A 28 de Junho, o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá, obteve 39 por cento dos votos, e o candidato do Partido da Renovação Social, Kumba Yalá, conseguiu 29 por cento, o que levou à organização duma segunda volta a 26 de Julho. Neste dia, Sanhá obteve 63 por cento dos votos expressos. Apesar do contexto violento no qual as duas voltas foram organizadas, os observadores internacionais consideraram as eleições livres e justas.

Durante o ano, o partido no poder, o PAIGC, tentou restringir a actividade política da oposição. A aderência formal ao partido no poder conferia algumas vantagens informais. A oposição política esteve sujeita à violência política devido à intimidação militar, tortura, e morte de políticos e os candidatos não tiveram liberdade total para fazer campanha como pretendiam. Pedro Infanda retirou-se da corrida presidencial por temer pela sua vida na sequência do assassinato do candidato Baciro Dabo. O grupo étnico Balanta, sobretudo através do seu controlo das Forças Armadas, dominava o sistema político.

Em Agosto de 2008, o ex-Chefe do Estado-Maior da Marinha, Na Tchuto, fugiu do país na sequência duma alegada tentativa frustrada de golpe de Estado. Ele regressou ao país em Dezembro de 2008, procurou refúgio nas instalações das Nações Unidas e iniciou negociações com o Governo sobre a possibilidade de ser julgado pelo seu alegado envolvimento no golpe de Estado. Na Tchuto continuava nas instalações das Nações Unidas no final do ano.

A Assembleia Nacional, composta por 98 membros, possui 10 deputadas. o presidente do Tribunal Supremo, três dos 19 Ministros do Governo e um dos nove Secretários também são mulheres.

Todos os grupos étnicos estavam representados no Governo e a etnia minoritária Balanta dominava o Exército.

#### Secção 4 – Corrupção de Membro do Governo e Transparência do Governo

A lei prevê penas criminais para a corrupção dum membro do Governo de um mês a 10 anos de prisão; todavia, o Governo não implementou a lei e os membros do Governo praticavam geralmente a corrupção com impunidade.

A corrupção de membros do Governo e a falta de transparência eram endémicas em todos os níveis do Governo. Os militares e os funcionários civis são acusados de ajudar os cartéis internacionais de droga ao fornecer acesso ao país e às suas instalações de transporte. Os funcionários das Alfândegas aceitaram frequentemente subornos para não cobrar taxas de importação, o que reduziu significativamente as receitas do Governo. O sistema judicial altamente disfuncional e corrupto era incapaz e recusava aplicar a lei e investigar casos de corrupção. Tentativas do Procurador-Geral de investigar a corrupção foram impedidas pelas Forças Armadas. Os Indicadores de Governança Mundial do Banco Mundial revelam que a corrupção era um problema grave.

Durante o ano, vários membros da agência administrativa e financeiramente autónoma FISCAP do Ministério das Pescas foram presos por desvio de fundos. No entanto, no final do ano ninguém tinha sido acusado formalmente ou detido por envolvimento neste caso.

Segundo o Relatório da ONU sobre a situação na Guiné-Bissau e as actividades do Gabinete de Apoio à Construção da Paz das Nações Unidas, publicado em Setembro de 2008, o país estava a transformar-se rapidamente de ponto de trânsito para um grande mercado do comércio de droga. Um relatório de 2008 do Gabinete da ONU de Combate à Droga e à Criminalidade (UNODC) indicou que o país estava a tornar-se numa ligação estratégica do transporte de drogas ilegais da América do Sul para a Europa, apesar de o ONUDC revelar que o volume das drogas transitadas pelo país diminuiu durante o ano. A falta de interdição de supostos voos que transportam droga contribuiu para a percepção de que o Governo e os militares estão envolvidos no narcotráfico.

A incapacidade sistemática de agir através da Polícia, do Exército e do poder judicial resultou na falta de processo judicial contra os traficantes de droga. Geralmente, os traficantes de droga tinham protecção em algum nível. Se a Polícia Judiciária foi capaz de ultrapassar este obstáculo, ela não tinha recursos para realizar investigações, instalações de detenção para prender os suspeitos, nem meios para o transporte dos prisioneiros para o tribunal. Os juízes e os guardas, que ficaram vários meses sem salário, eram muito susceptíveis à corrupção e geralmente libertaram supostos traficantes que posteriormente desapareceram. Os oficiais de Justiça que demonstraram independência, resistiram à corrupção ou tentaram investigar ou processar traficantes de droga foram ameaçados.

Durante o ano, o Procurador-Geral Luís Manuel Cabral lançou uma investigação sobre a protecção pelos militares da tripulação e o confisco da carga dum avião não autorizado preso no aeroporto de Bissau em Julho de 2008. No final do ano, nenhum militar ou membro do Governo tinha sido acusado de qualquer crime relacionado com a questão. Todavia, a 4 de Junho Cabral procurou refúgio na Embaixada de Angola depois de receber telefonemas ameaçadores relativos à investigação independente sobre os assassinatos do Presidente e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas em Março.

Os detentores de cargos públicos devem legalmente declarar os seus bens pessoais diante do Tribunal de Contas, mas a autoridade do tribunal era fraca.

A Assembleia Nacional possui um comité anti-corrupção, que esteve inactivo durante o ano.

A lei indica que “qualquer pessoa tem o direito à informação e à protecção judicial”; todavia, tal acesso era raramente providenciado.

#### Secção 5 – Atitude do Governo em Relação à Investigação Internacional e não Governamental de Alegadas Violações dos Direitos Humanos

Uma série de organizações locais e internacionais de direitos humanos operava sem restrição do Governo, investigando e publicando os seus resultados sobre os casos de direitos humanos.

Os membros do Governo, de certo modo, cooperaram e foram receptivos aos seus pontos de vista. As duas principais organizações dos direitos humanos eram a LGDH e a Liga de Observação.

Não houve relatos de que os trabalhadores das ONG foram perseguidos durante o ano.

Por exemplo, a 1 de Abril o presidente da LGDH, Luís Vaz Martins, afirmou que um homem armado tinha ido ao seu gabinete e ameaçou matar-lhe devido a um comunicado da LGDH que condenou a agressão de Francisco José Fadul (ver Secção 1.c.). Em 2007, Martins disse ter recebido telefonemas ameaçadores que ele acha estarem ligados com as suas actividades de defesa dos direitos humanos. Não houve sequência neste caso até o final do ano.

Antes do seu assassinato a 1 de Março, o então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Tagma Na Waie, anulou o mandado de prisão contra Mário Sá Gomes, presidente da ONG Associação Guineense de Solidariedade com as Vítimas de Erro Judicial. Sá Gomes tinha se auto-exilado em 2007 depois de apelar à demissão de Na Waie por alegado envolvimento no tráfico de droga. O caso contra Sá Gomes terminou oficialmente com a morte de Na Waie em Março e Sá Gomes permaneceu no estrangeiro por vontade própria.

O Governo permitiu visitas pelos representantes da ONU, incluindo o pessoal do UNOBGIS. O Comité Internacional da Cruz Vermelha efectuou várias visitas. Em Outubro, a ONU publicou o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Situação na Guiné-Bissau e as Actividades das Nações Unidas*, que criticou a situação dos direitos humanos no país. Não houve nenhuma resposta do Governo ao relatório até o final do ano.

#### Secção 6 – Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas

A lei proíbe a discriminação, mas não define as bases da discriminação; o Governo não aplicou as proibições contra a discriminação.

#### Mulheres

A lei proíbe a violação, incluindo a violação conjugal, mas a sua aplicação pelo Governo era limitada. Não houve informações sobre a amplitude do problema.

A violência doméstica, incluindo a agressão da esposa, era um meio aceite de resolução de conflitos domésticos. Não há nenhuma lei que proíbe a violência doméstica e os políticos estavam relutantes em abordar o problema por receio de perder mais eleitores tradicionais ou determinados grupos étnicos. Apesar de a Polícia intervir em conflitos domésticos se for solicitada, o Governo não tomou medidas específicas para estancar a pressão social do relato de violência doméstica, violação, incesto e outros maus tratos contra as mulheres.

Não há leis contra a prostituição e isto constitui um problema.

Não há nenhuma lei que proíbe o assédio sexual e isto constitui um problema.

Os casais e os indivíduos têm o direito de decidir livre e responsabilmente do número, do espaço e do prazo para fazer filhos e de ter informações e meios para tal sem discriminação, coerção e violência. Há acesso ao controlo de nascimento e acesso limitado ao teste de HIV.

A lei trata os homens e as mulheres equitativamente e proíbe a discriminação; no entanto, a discriminação da mulher era um problema, sobretudo nas zonas rurais onde as leis

tradicionais e islâmicas eram dominantes. As mulheres eram responsáveis pela maioria dos trabalhos nas fazendas de subsistência e tinham acesso limitado à educação, principalmente nas zonas rurais. As mulheres não tinham acesso equitativo ao emprego. Em alguns grupos étnicos, as mulheres não podem gerir terras ou herdar propriedades. Apesar de não haver dados disponíveis, as mulheres são supostamente discriminadas no emprego, no pagamento pelo mesmo trabalho e na posse dum negócio.

### Crianças

A cidadania é concedida por nascença no país ou por relação parental. O registo das crianças não é feito automaticamente nos hospitais. Os pais devem registar o nascimento dos seus filhos num notário. O Governo realiza campanhas anuais de registo de crianças em todo o país. A falta de registo resulta na recusa à educação, visto que a inscrição nas escolas requer uma certidão de nascimento. A falta de registo não resulta na recusa de serviços de saúde.

O ensino público era livre e universal até o liceu, mas obrigatório apenas até a sexta classe. Os professores eram mal formados e pagos, algumas vezes sem salários durante meses, o que causou o encerramento das escolas durante quase metade do ano lectivo. As crianças geralmente eram obrigadas a ajudar as suas famílias nos campos, o que contrasta com o ensino. Duma forma geral, não havia diferença no tratamento e na frequência de rapazes e raparigas, mas as escolas islâmicas impediam as raparigas de ir à escola.

Há violência contra as crianças, mas ela era raramente relatada às autoridades.

Não há nenhuma lei que proíbe a MGF e alguns grupos étnicos, sobretudo os Fulas e os Mandinkas, praticavam-na, não apenas em raparigas adolescentes, mas também em bebés de quatro meses. Não houve esforço do Governo para combater a MGF durante o ano. Em Setembro, a MGF foi feita num bebé de três semanas em Bissau, que posteriormente morreu de hemorragia.

O casamento infantil ocorreu em todos os grupos étnicos, mas não existiam dados fiáveis para quantificar o problema. As raparigas que fugiam de casamentos forçados eram geralmente obrigadas a prostituir-se para se sustentar. Há igualmente a prática de compra e venda de crianças para casamento. As ONG locais trabalharam para proteger os direitos das mulheres e das crianças e implementaram programas para combater o casamento infantil e proteger as vítimas de casamento infantil. Segundo observadores, durante o ano os esforços das ONG para a matrícula de mais raparigas nas escolas teve um impacto negativo nos casamentos infantis: mais raparigas foram obrigadas a casar-se mais jovens porque os pais temiam que as oportunidades sociais oferecidas pela escola iriam aumentar o risco de as suas filhas perderem a virgindade antes do casamento.

Não há penas explícitas para a prostituição infantil, mas há uma lei estatutária sobre a violação que proíbe o sexo com uma pessoa menor de 16 anos. A lei sobre a violação prevê uma pena de dois a seis anos de prisão. Não há nenhuma lei contra a pornografia infantil.

O Gabinete de Protecção da Criança da Polícia de Bissau estimou que cerca de 1.000 crianças viviam nas ruas de Bissau e um número crescente de rapazes estavam integrados em grupos criminosos. O Governo não prestou serviços para as crianças de rua.

### Tráfico de Pessoas

Não há leis que proíbem o tráfico de pessoa e as crianças eram traficadas dentro e fora do país. Os rapazes, denominados "talibés", eram enviados das zonas rurais para estudar em escolas corânicas nos países vizinhos, sobretudo no Senegal, onde eles eram explorados, abusados e obrigados a mendigar para cumprir com as quotas monetárias diárias para os professores corânicos. Outros rapazes eram enviados para trabalhar em campos de algodão no sul do Senegal. As crianças eram traficadas para trabalhar como empregados domésticos, engraxadores ou vendedores de alimentos nas ruas das zonas urbanas. Algumas vezes, as raparigas eram exploradas como prostitutas.

Segundo a ONG local Associação dos Amigos da Criança (AMIC), houve uma redução geral do número de talibés enviados ao estrangeiro durante o ano.

A 8 de Abril, a AMIC organizou o repatriamento de 13 crianças a partir do Senegal. A 26 de Junho, a AMIC organizou um outro repatriamento de 20 crianças a partir do Senegal. Durante o ano, 20 crianças regressaram do Senegal por vontade própria. Durante o ano, seis traficantes foram capturados em Pirada, próximo da fronteira com o Senegal; eles não tinham sido julgados no final do ano.

Os traficantes eram geralmente professores em escolas corânicas e relacionados com as famílias das vítimas. Os traficantes contactavam normalmente os pais das crianças e ofereciam-se para enviar as crianças para seguir educação religiosa onde elas seriam ensinadas a ler o Corão. Os pais não recebiam nenhuma compensação pelo envio dos seus filhos e em muitos casos pagavam para a viagem inicial. Em alguns casos, as crianças enviadas eram indesejadas, principalmente em segundos casamentos, se a nova mulher não quisesse cuidar das crianças do primeiro casamento.

As leis contra a transferência, a exploração sexual, o abuso e o rapto de menores podem ser usadas para processar os traficantes. O rapto prevê uma pena entre dois e 10 anos de prisão e a violação uma pena entre um e cinco anos de prisão. Apesar destas leis, o Governo raramente investigou os casos de tráfico e não houve processamento judicial de traficantes com êxito. Ao invés disso, as autoridades processaram os pais cúmplices dos traficantes. Os pais de vítimas regressadas tiveram de assinar um contrato no qual prometem não enviar os seus filhos sob pena de prisão e durante o ano a AMIC supervisionou o acordo através de visitas aos lares de crianças traficadas repatriadas e implementou programas de educação anti-tráfico.

O Ministério do Interior é responsável pelos esforços de luta contra o tráfico; contudo, o Governo não tinha um plano nacional para combater o tráfico ou a capacidade de supervisionar, proibir ou processar os traficantes.

Não houve relatos de que os agentes das Alfândegas, dos Serviços de Imigração e Fronteira, os inspectores do trabalho ou a Polícia local foram subornados para facilitar tal tráfico; no entanto, não havia informação específica disponível.

Os membros do Governo, incluindo a Polícia e os guardas fronteiriços, trabalharam estreitamente com a AMIC e com o Fundo da ONU para a Infância para prevenir o tráfico, reforçar a conscientização e repatriar as vítimas. Durante o ano, o Governo ajudou activamente para o repatriamento de várias crianças a partir do Senegal. O tribunal regional jogou um papel chave durante o ano ao alertar os pais que seriam responsabilizados legalmente se enviarem os seus filhos para mendigar num país estrangeiro. A AMIC

coordenou os esforços com o Governo, a Polícia e a sociedade civil para prevenir o tráfico, ajudar as vítimas regressadas a encontrar as suas famílias e responsabilizar os pais em tribunal se os seus filhos fossem traficados depois de participarem no programa de reintegração. A AMIC gere também um centro para as vítimas e realizou acções de sensibilização regulares nas rádios em Gabú e durante visitas às aldeias nas zonas fontes. A AMIC e a Polícia local trabalharam com os líderes religiosos e comunitários em Gabú e Bafatá. Um outro programa, financiado pelo imame local de Gabú, instituiu estudos corânicos nocturnos depois da escola como alternativa às escolas no Senegal.

O Relatório anual do Departamento de Estado sobre Tráfico de Pessoas pode ser consultado no site [www.state.gov/g/tip](http://www.state.gov/g/tip).

#### Pessoas Deficientes

A lei não proíbe especificamente a discriminação das pessoas portadoras de deficiência, ordena a construção de acesso para elas ou fornece acesso equitativo ao emprego e à educação. O Governo não fez esforços para mitigar a discriminação das pessoas portadoras de deficiência ou garantir o seu acesso a edifícios e ruas. No entanto, não houve relatos de discriminação social aberta. O Governo fez alguns esforços para ajudar os mutilados de guerra através de programas de pensão, mas estes programas não resolveram de forma adequada as necessidades sanitárias, habitacionais ou alimentares.

#### Abusos Sociais, Discriminação e Actos de Violência Baseados na Orientação Sexual e Identidade do Género

Não havia liberdade de orientação sexual. Os homossexuais e as lesbianas tinham receios de se comportar abertamente. Não há leis que criminalizam a orientação sexual e não houve incidentes violentos ou violações dos direitos humanos contra indivíduos com base na sua orientação ou identidade sexual. Não há discriminação oficial ou social baseada na orientação sexual ou identidade do género no emprego, habitação ou acesso à educação e aos cuidados de saúde.

#### Outros Abusos e Discriminação Social

Houve discussão aberta sobre o HIV/Sida e nenhuma violência ou discriminação social contra os seropositivos.

#### Secção 7 – Direitos dos Trabalhadores

##### a. Direito de Associação

A lei prevê a todos os trabalhadores a liberdade de formar e ingressar em sindicatos independentes sem autorização prévia ou exigências excessivas e os trabalhadores exerceram este direito na prática. Uma grande maioria da população trabalhava na agricultura de subsistência e apenas uma pequena percentagem de trabalhadores pertenciam a um sector remunerado e organizado. Cerca de 85 por cento dos membros dos

sindicatos eram funcionários públicos ou de empresas paraestatais e pertenciam fundamentalmente a sindicatos independentes.

A lei permite aos sindicatos desempenhar as suas actividades sem interferência do Governo e prevê o direito à greve, mas o Governo nem sempre protegeu estes direitos. A única restrição legal à greve era uma exigência de aviso prévio. A lei proíbe igualmente a retaliação contra os grevistas.

Ao contrário de 2008, não houve relatos de que as forças de segurança dispersaram à força participantes em greves legais.

b. Direito de Organizar e Negociar Colectivamente

A lei não prevê ou protege o direito de negociar colectivamente; no entanto, o Conselho Nacional Tripartido de Consulta Social realizou consultas colectivas sobre questões salariais. A maioria dos salários foram definidos em negociações bilaterais entre empregados e empregadores.

A lei não proíbe a discriminação anti-sindical; todavia, nenhum trabalhador alegou discriminação anti-sindical e pensa-se que a prática não é generalizada.

Não há zonas de processamento da exportação.

c. Proibição de Trabalho Forçado ou Compulsivo

A lei proíbe o trabalho forçado ou compulsivo, incluindo de crianças, mas há relatos de que tais práticas ocorreram.

d. Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para Emprego

Não há leis específicas que protegem as crianças da exploração no local de trabalho e o trabalho infantil era uma realidade. A idade mínima é 14 anos para trabalho em fábricas e 18 anos para trabalho pesado ou perigoso, incluindo trabalho nas minas; os menores estão também proibidos de trabalhar horas extras. O pequeno sector formal geralmente aderiu a estas exigências de idade mínima; contudo, o Ministério da Justiça e o Ministério da Função Pública e Trabalho não aplicaram estas exigências no sector informal.

Grande parte do trabalho infantil era registado no sector informal. A incidência de crianças que vendem nas ruas das cidades aumentou durante o ano. Os tipos de trabalho infantil forçado incluem o trabalho doméstico, o engraxamento, e a venda de alimentos nas ruas de zonas urbanas. Nas comunidades rurais, as crianças faziam trabalhos domésticos e de campo sem pagamento para sustentar as suas famílias ou por falta de possibilidade de educação. Algumas crianças foram retiradas parcial ou totalmente da escola para trabalhar nos campos durante a campanha anual de colheita de castanha de caju. O Governo não tomou medidas para combater tais práticas até o final do ano.

O Instituto da Mulher e Criança e os Ministérios do Trabalho e da Justiça são responsáveis pela protecção das crianças contra a exploração laboral; no entanto, não houve uma aplicação efectiva. O Governo tomou poucas medidas para impedir o trabalho infantil durante o ano. A AMIC, em colaboração com a ONG Cooperação e Desenvolvimento Internacional, conseguiu resgatar cerca de 1.000 crianças trabalhadoras. A ONG Rede da Juventude também esteve envolvida no resgate das crianças trabalhadoras.

e. Condições Aceitáveis de Trabalho

O Conselho de Ministros estabelece anualmente os salários mínimos para todas as categorias de trabalho, mas não os aplicou. O salário mais baixo era de aproximadamente 19.030 FCFA (38 dólares americanos) por mês e um saco de arroz. Este salário não permitiu um padrão de vida decente para um trabalhador e a sua família e os trabalhadores tiveram de complementar os seus rendimentos com outros trabalhos, depender de parentes e da agricultura de subsistência.

O Governo tinha de pagar quatro meses de salários em atraso até finais do ano, e pagou os ordenados de Agosto a 5 de Dezembro. Os funcionários públicos observaram uma greve a 7 de Outubro para protestar contra a falta de pagamento de três meses de salário.

A lei prevê 45 horas de trabalho por semana no máximo; todavia, muitos trabalhadores foram obrigados a trabalhar mais tempo. A lei prevê o pagamento de horas extras, se elas não excederem 200 horas por ano, e um período de descanso obrigatório de 12 horas entre os dias de trabalho; todavia, estas disposições não foram aplicadas.

Com a cooperação dos sindicatos, os Ministérios da Justiça e do Trabalho definiram normas legais de saúde e segurança para os trabalhadores, que posteriormente a Assembleia Nacional adopta como lei; todavia, estas normas não foram aplicadas e muitas pessoas trabalharam em condições que perigaram a sua saúde e segurança. Os trabalhadores, incluindo estrangeiros, não têm o direito de abandonar as condições de trabalho inseguras sob o risco de perder os seus empregos.

\*Em Junho de 1998, a Embaixada dos Estados Unidos suspendeu as suas actividades durante os confrontos armados na Guiné-Bissau e todo o pessoal oficial no país foi evacuado. Este relatório baseia-se em informações obtidas pelas Embaixadas Americanas nos países vizinhos, principalmente no Senegal, de outras fontes independentes, e de visitas regulares à Guiné-Bissau por diplomatas em serviço na Embaixada dos Estados Unidos em Dakar. A Embaixadora dos Estados Unidos no Senegal, residente em Dakar, está também acreditada na Guiné-Bissau.